

A DÍVIDA UNE A AMÉRICA LATINA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 22.05.1984

Os presidentes da Argentina, do Brasil, da Colômbia e do México emitiram uma nota conjunta no último dia 19 de maio sobre a dívida externa de seus países, que poderá constituir-se em um marco histórico da independência econômica da América Latina.

A nota, sugerida pelo Presidente Alfonsín e logo apoiada pelo Presidente Figueiredo e pelos outros dois presidentes, surgiu das duas recentes elevações da taxa de juros internacional. Na verdade, entretanto, essa nota, ao mostrar a insatisfação não apenas com as taxas de juros, mas também com as políticas recessivas de ajustamento que estão sendo dispostas aos países devedores e com o protecionismo comercial dos países centrais, traduz de maneira fiel a profunda insatisfação do povo e das sociedades civis desses países com as políticas econômicas que lhes estão sendo impostas.

A nota é enérgica. Propõe “a adoção de medidas concretas para promover mudanças substantivas na política financeira e comercial internacional”. E especifica essas medidas ao declarar que, “em particular devem-se obter prazos de amortização e períodos de graça adequados, e redução das taxas de juros, margens, comissões e outros encargos financeiros”. Finalmente, reconhece o caráter eminentemente político da dívida ao convocar uma reunião não apenas dos responsáveis pelas áreas financeiras dos países signatários, mas também dos seus ministros das relações exteriores.

Isto significa que a “OPEP dos pobres”, que os países credores tanto temem, está se tornando uma realidade? Não creio. Um cartel dos países devedores exige um grau de unidade e de entendimento entre esses países que não parece viável, dada a diversidade de seus problemas. Mas significa que finalmente os presidentes dos quatro países, cuja dívida somada alcança 224 bilhões de dólares, mostram-se dispostos a adotar entre si aquele mínimo de solidariedade latino-americana que há tanto tempo se reclama.

É preciso, entretanto, não permitir que esse movimento de solidariedade continental se transforme em mais uma manifestação inócua e inefetiva de reivindicação junto aos países centrais. Não temos necessidades de depender da boa vontade de ninguém com relação ao problema da dívida externa. Nada temos a reivindicar. Desde que tenhamos um razoável superávit comercial temos todas as condições para (1) manter provisoriamente a suspensão do pagamento do principal, (2) definir uma taxa de juros fixa razoável, semelhante àquela que vigorava quando os empréstimos foram contratados, e (3) determinar a capitalização de uma porcentagem variável, e se possível decrescente, dos juros vencidos cada ano.

É preciso também que, sem qualquer prejuízo para esta nova solidariedade latino-americana, cada país tome soberanamente as medidas que julgar necessárias. No caso brasileiro está claro que devemos procurar, em 1984, cumprir os compromissos já assumidos com o Fundo. A partir do segundo semestre, entretanto, já deveremos anunciar nossa intenção de fixar a taxa de juros em nível razoável e em seguida capitalizar cerca de 80% dos juros vencidos. Os bancos que tiverem interesse poderão optar por “dinheiro novo”. E os créditos comerciais estarão naturalmente excluídos.

Esta medida implicará em prejuízo para os bancos, já que seus custos de captação são altos. O grande culpado desses altos juros, entretanto, é o governo norte-americano e o Federal Reserve Board. Por outro lado, os grandes beneficiários desses juros altos são os rentistas dos países centrais. Parece portanto razoável que os governos assumam uma parte dos prejuízos dos bancos e os transfiram para os rentistas via impostos.

Por outro lado, há uma convicção crescente nos países centrais que a retomada do desenvolvimento da América Latina é de alto interesse para o sistema econômico e político ocidental. É razoável, portanto, que os custos dessa retomada que já foram muito altos para o Brasil e já provocaram amplo ajustamento de sua economia, sejam agora repartidos entre os setores dos países credores que mais se beneficiaram.

De qualquer forma, este é um problema dos países credores. O problema do Brasil, o dever moral dos seus governantes, é retomar o crescimento econômico, elevar os níveis de emprego e a taxa de salários. É evitar que uma parcela crescente da população

brasileira meramente sobreviva em condições de miséria absoluta. A declaração conjunta dos quatro presidentes é uma tardia, mas alvissareira manifestação nesse sentido.(22/05)